

Venda da Coelce] Recursos não serviram ao que foi prometido

Um dos argumentos para a venda da Companhia Energética do Ceará (Coelce) foi de que os recursos serviram à criação de um fundo de pensão para servidores estaduais, que ainda não saiu do papel

Quando a Companhia Energética do Ceará (Coelce) foi vendida por R\$ 1,123 bilhão em abril de 1998, o discurso do Governo Estadual era de que o valor obtido no leilão seria utilizado em três blocos, criação de um fundo de aposentadoria dos funcionários públicos, investimento na área social e aplicações no setor hídrico do Estado. Passados 14 anos desde a venda, o fundo de previdência não saiu do papel e um projeto semelhante ao apresentado na época tramita na Assembleia Legislativa.

Para Maia Júnior, secretário da Infraestrutura do Estado na época em que o órgão foi privatizado, os recursos governamentais eram muito limitados na década de 1990, por isso houve a necessidade de investir parte do dinheiro de forma emergencial em ações sociais. "A criação do fundo nunca foi tratada com prioridade por nenhum governo. Sempre se preferiu investir em ações mais imediatistas, semelhante ao que foi feito na época".

Sobre a venda do órgão, o ex-secretário destaca que, para as finanças do Governo, essa foi uma decisão acertada. "O Estado deixou de ter a obrigação de injetar dinheiro na Companhia e passou a receber o dinheiro em forma de impostos líquidos". Maia Júnior defende a privatização também do ponto de vista político. "A Coelce deixou de ser um cabide político dos governantes. Antes, eram feitas obras em locais nada lucrativos somente para atender promessas políticas", complementa.

Outra promessa anunciada na época da venda foi a de uma redução significativa nos valores das tarifas elétricas. De acordo com Hugo de Brito, primeiro presidente da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Ceará (Arce), na época que ocorreu o processo de privatização foi passado para a população essa ideia e de que o benefício seria sentido em curto prazo. "O entendimento é que a empresa privada consegue produzir a custos menores do que o poder público. Isso ocorre, porém não tem sido repassado para os consumidores. Entendo que esse é o grande motivo para que as pessoas não percebem as mudanças diretamente".

Para o diretor institucional da Coelce, José Nunes, o valor cobrado é justo na opinião da maioria dos consumidores. "Quando comparada com as empresas da região, nossa tarifa tem preço intermediário. Porém, temos melhor qualidade de serviço do Nordeste com o mesmo valor. Se você analisar a conta de uma família que consome 100 kW/mês, verá que a conta dela é, em média, R\$ 39. Com esse mesmo consumo em 2010, a conta custaria R\$ 52".

Na opinião do presidente do Sindicato dos Eletricitários do Ceará (Sindeletr), Fernando Avelino, mesmo privatizado, a evolução do setor elétrico no Ceará e no Brasil teve financiamento do Governo Federal, tornando nulo um dos argumentos de que a responsabilidade dos investimentos seria do setor privado. "A Coelce não dava prejuízo. Tinha uma folha de funcionários enxuta, era bem valorizada pelos cearenses e prestava um bom atendimento. Se ela ainda fosse estatal teríamos tarifas mais baratas".

Avelino ainda critica o modelo de privatização que ocorreu no Ceará no final da década



INVESTIMENTOS

EDIÇÃO DO O POVO de 3/4/1998 mostra investimentos prometidos para a Coelce

de 90 e início dos anos 2000. "Foi uma posição do Governo Estadual para dar sustento às medidas do presidente Fernando Henrique. A Coelce era uma das primeiras das mais organizadas e foi a primeira a ser privatizada. Se fosse para tirar as empresas do prejuízo, ela deveria ser a última a ser vendida".

Resultados

Segundo relatório divulgado pela Coelce no dia último dia 29, a empresa teve queda de 83,8% no lucro líquido no terceiro trimestre deste ano em relação ao mesmo período do ano passado. O resultado foi de R\$ 12,729 milhões ante R\$ 75,907 milhões obtidos no terceiro trimestre de 2012.

"Temos a percepção que houve uma evolução na qualidade do serviço de forma significativa. Em 2012 investimos R\$ 250 milhões em serviços, nos últimos três anos, o montante é de quase R\$ 1 bilhão", comenta Nunes, diretor institucional da Coelce. "Quando a empresa foi privatizada em 1998 o estado ficava, em média, 23 horas por ano sem energia. Hoje, não passa de 8 horas. Esse número mostra a evolução que tivemos na prestação de serviço para os cearenses". (João Bandeira)



Maia Júnior, ex-secretário estadual da Infraestrutura: "A Coelce deixou de ser um cabide político dos governantes"

Saiba Mais

A Coelce foi criada em 30 de agosto de 1971 por meio de uma lei estadual que unificou quatro empresas de distribuição de energia elétrica, então existentes no Ceará.

Com a venda em 1998, a empresa passou a ser de capital aberto, com ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) e ser controlada pela Endesa Brasil, que detém a maior parte das ações da Companhia.

A área de concessão da Coelce abrange os 184 municípios cearenses.

PRESEÇA NO CEARÁ

Estatal mineira tem atuação nacional

Em um cenário diferente do modelo de privatização que ocorreu com a Companhia Energética do Ceará (Coelce), privatizada no fim da década de 1990, a Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig) resiste ao modelo de controle privado.

Definido como uma empresa de economia mista com o controle estatal, a Cemig tem atualmente 7 milhões de clientes e teve faturamento de R\$ 18.460 milhões em 2012.

"A Cemig tem o controle acionário do Estado, mas temos diversas ações na bolsa de valores. Isso nos permite investimentos em diversas áreas do setor de energia e nos leva a elevar os lucros a cada ano", destaca Warney Araújo Silva, diretor do Parque Eólico Parajuru.

A empresa, que tem 121 mil acionistas em 41 países, tem atuação

em 22 estados brasileiros, inclusive o Ceará. "Tivemos a visão de entrar no mercado cearense através do setor eólico. O estado é favorável para a geração e nós estamos fazendo essa aposta. Nosso portfólio está focado em ser uma empresa que não está limitada somente em Minas Gerais", comenta.

Para os próximos anos, a estatal mineira pretende aumentar seus investimentos no Nordeste, principalmente no estado da Bahia. "Para a região nordeste estamos focando na Bahia, onde fizemos uma parceria com a empresa RENOVA, mas isso não impede que de aumentarmos nossos planos com o Ceará".

A Cemig conta atualmente com um parque gerador formado por 63 usinas hidrelétricas, 3 térmicas e 4 eólicas, de acordo com o relatório da empresa de 2012. (JB)

Confronto das ideias

A privatização da Coelce foi benéfica para o desenvolvimento energético no Ceará?



SIM

Energia em todos os lugares

A privatização das empresas do setor elétrico contribuiu para o avanço na qualidade do serviço. No Ceará, tivemos uma evolução que é percebida por todos os cearenses

José Nunes, diretor institucional da Coelce



NÃO

Redução tarifária

Não houve uma redução tarifária como prometido. Isso era o que todos os cearenses esperavam após a privatização. Tivemos uma ampliação no serviço, porém, o atendimento deixou muito a desejar

Hugo de Brito, advogado e primeiro presidente da Arce